

Análise Econômica

LEGADO DO PLANO REAL:
A ESTABILIZAÇÃO SEM CRESCIMENTO ECONÔMICO?
NANDO FERRARI FILHO

CONSUMO AGREGADO E PLANOS
DE ESTABILIZAÇÃO NO BRASIL
N CARLO MACHADO E ROSA FONTES

IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DO
CONECÓCIO PARA A REGIÃO SUL DO BRASIL
É LUIZ PARRÉ E
QUIM JOSÉ MARTINS GUILHOTO

PAPEL DA AGRICULTURA NO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO BRASILEIRO, 1980/1998
MINA BATISTA DE LUCENA E
I DE JESUS DE SOUZA

EQUILÍBRIO TEMPORÁRIO, ANÁLISE DINÂMICA
DO MOTIVO FINANÇAS DE DEMANDA DE MOEDAS
É LUÍS OREIRO E FLAVIA DIAS RANGEL

OBSTÁCULOS À SOBREVIVÊNCIA E EXPANSÃO
DE PEQUENAS EMPRESAS NO CONTEXTO
DE DINÂMICA ECONÔMICA CAPITALISTA
LUÉRO FERREIRA

OPERATIVAS DE TRABALHO: FLEXIBILIZAÇÃO
OU DEGRADAÇÃO DO TRABALHO?
É MARIA PEREIRA

QUESTÃO METODOLÓGICA NA DISCUSSÃO
DA CENTRALIDADE DO TRABALHO
LO NAKATANI

NOVAS REGRAS DE SUPERVISÃO BANCÁRIA
DO COMITÊ DA BASILÉIA E SEUS EFEITOS
EM RE OS PAÍSES PERIFÉRICOS
RÍIA CRISTINA PENIDO DE FREITAS
DANIELA MAGALHÃES PRATES

ANO 19
Nº 35

MARÇO, 2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitora: Prof^a. Wrana Maria Panizzi

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Diretor : Prof. Pedro Cézar Dutra Fonseca

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS

Diretor: Prof. Gentil Corazza

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Chefe: Prof. Luiz Alberto Oliveira Ribeiro de Miranda

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS

Chefe: João Marcos Leão da Rocha

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

Coordenador: Prof. Eduardo Pontual Ribeiro

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

Coordenador: Prof. Jalcione Almeida

CONSELHO EDITORIAL: Achyles B. Costa, Aray M. Feldens, Carlos A. Crusius, Carlos G. A. Mielitz Netto, Eduardo A. Maldonado Filho, Eduardo P. Ribeiro, Eugênio Lagemann, Fernando Ferrari Filho, Gentil Corazza, Jan A. Kregel (Univ. of Bologna), Marcelo S. Portugal, Nali J. Souza, Otilia B. K. Carrion, Paulo A. Spohr, Paulo D. Waquil, Pedro C. D. Fonseca, Philip Arestis (Univ. of East London), Roberto C. Moraes, Ronald Otto Hillbrecht, Stefano Florissi, Eleutério F. S. Prado (USP), Fernando H. Barbosa (FGV/RJ), Gustavo Franco (PUC/RJ), João R. Sanson (UFSC), Joaquim P. Andrade (UnB), Juan H. Moldau (USP), Paul Davidson (Univ. of Tennessee), Werner Baer (Univ. of Illinois).

COMISSÃO EDITORIAL: Eduardo Augusto Maldonado Filho, Fernando Ferrari Filho, Gentil Corazza, Marcelo Savino Portugal, Paulo Dabgab Waquil, Roberto Camps Moraes.

EDITOR: Gentil Corazza

EDITOR ADJUNTO: Pedro Silveira Bandeira

SECRETÁRIA: Vanessa Hoffmann de Quadros

REVISÃO DE TEXTOS: Vanete Ricacheski

FUNDADOR: Prof. Antônio Carlos Santos Rosa

Os materiais publicados na revista *Análise Econômica* são da exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução total ou parcial dos trabalhos, desde que seja citada a fonte. Aceita-se permuta com revistas congêneres. Aceitam-se, também, livros para divulgação, elaboração de resenhas e resenhas. Toda correspondência, material para publicação (vide normas na terceira capa), assinaturas e permutas devem ser dirigidos ao seguinte destinatário:

PROF. GENTIL CORAZZA

Revista *Análise Econômica* - Av. João Pessoa, 52

CEP 90040-000 PORTO ALEGRE - RS, BRASIL

Telefones: (051) 316-3348 e 316-3440 - Fax: (051) 316-3990

rae@vortex.ufrgs.br

Análise Econômica

Ano 19, n° 35, março, 2001 - Porto Alegre

Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, 2001

Periodicidade semestral, março e setembro.

1. Teoria Econômica - Desenvolvimento Regional -
Economia Agrícola - Pesquisa Teórica e Aplicada -
Periódicos. I. Brasil.

Faculdade de Ciências Econômicas,
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CDD 330.05

CDU 33 (81) (05)

O papel da agricultura no desenvolvimento econômico brasileiro, 1980/1998

Romina Batista de Lucena e Nali de Jesus de Souza***

Resumo: Este artigo estuda o papel dos produtos vinculados ao complexo agroindustrial no desenvolvimento brasileiro, entre 1980, 1990 e 1998, através de seus encadeamentos sobre a produção e o emprego. Ele analisa, também, os efeitos da política agrícola do Governo brasileiro no conjunto da economia, através dos índices de encadeamento da produção e do emprego. O cálculo dos referidos índices partiu do modelo de Leontief, segundo as metodologias de Rasmussen e de Jones. O estudo conclui que, apesar da política agrícola desfavorável, o complexo agroindustrial brasileiro ainda exerce importantes impactos sobre a economia, principalmente pelas compras de insumos e geração de emprego.

Palavras-chave: Encadeamentos da produção, política agrícola, industrialização brasileira.

Abstract: This paper analysis the role of the products associated with agribusiness in the Brazilian development between 1980, 1990 and 1998, throughout their effects in production and employment. It also investigates the impact of the Brazilian agricultural policy in the whole economy, making use of linkage indexes for production and employment. These were computed following the methodological procedure of Rasmussen and Jones. The main conclusion is that the agribusiness complex, despite the unfavorable economic policy, still has important impact over the Brazilian economy, mainly in terms of buying of inputs and employment generation.

Key words: Input-output linkages, Brazilian development, agricultural policy.

1 Introdução

Este artigo se propõe a realizar uma interpretação do papel da agricultura no desenvolvimento econômico brasileiro, entre 1980 e 1998. Estudar-se-á, portanto, as décadas de 1980 e 1990, salientando-se as principais diferenças, relacionadas com o momento político-econômico experimentado pelo País. O ponto de partida será a matriz de relações interindustriais do Brasil de 1980, para analisar a contribuição dos produtos agrícolas e agroindustriais no encadeamento da produção e do emprego. Em seguida, os mesmos cálculos serão efetuados para as matrizes de 1990 e 1998, a fim de efetuar as devidas comparações.

* Professora do Departamento de Contabilidade da Universidade Federal de Roraima, Mestre em Economia pela UFRGS.

** Professor do Departamento de Economia da PUCRS, Doutor em Economia pela USP.

O desenvolvimento da agricultura brasileira está interligado com as políticas agrícolas; dados os encadeamentos dos produtos vinculados à agricultura, essas políticas acabam afetando o resto da economia. Esses encadeamentos já haviam sido ressaltados por Johnston e Mellor (1961), quando destacaram as cinco funções da agricultura no desenvolvimento econômico: a) transferir mão-de-obra para o setor urbano-industrial; b) fornecer alimentos para a população; c) gerar divisas; d) transferir poupanças; e) consumir bens industriais.

A importância do setor agrícola na economia brasileira pode ser vista por sua contribuição na obtenção de superávits na balança comercial, com o objetivo de efetuar o pagamento dos juros da dívida externa e manter o crescimento econômico. E, ainda, as atividades vinculadas à agricultura apresentam grande impacto sobre a produção e o emprego, dinamizando o conjunto da economia. Com o desenvolvimento da agroindústria para a exportação, a agricultura estará cumprindo, no mínimo, duas funções: gerar divisas com a exportação de produtos e ampliar o mercado interno para bens industriais.

O desempenho dessas funções, por parte da agricultura, depende, substancialmente, da política agrícola do Governo. Com políticas desfavoráveis, a agricultura situa-se aquém de seu potencial. Inversamente, com subsídios exagerados pode estar havendo desperdício de recursos.

Na década de 1980, a agricultura brasileira necessitava de uma rápida modernização de sua estrutura produtiva. Essa modernização ocorreu pela incorporação de novas tecnologias. Porém, as políticas de financiamento rural, nessa década, passaram por um momento crítico devido às altas taxas de inflação e, em particular, pelo déficit público. A crise fiscal forçou a contração do programa de crédito rural e a redução dos gastos públicos com pesquisa e extensão. Nesse período, o quadro macroeconômico tornou-se desfavorável; outras políticas se fizeram necessárias para reduzir o montante de recursos fornecidos pelo Governo, modificando a sua forma de interferir na economia.

Em função da necessidade de reduzir o déficit público, a intervenção governamental concentrou-se na política de preços mínimos. Mesmo com um quadro econômico desfavorável, nessa década, ocorreu a elevação de dispêndios governamentais com aquisições (AGF) e financiamentos do Governo Federal (EGF), contribuindo para que agricultura fosse um dos setores de maior dinamismo nos anos de 1980.

Na década de 1990, o quadro macroeconômico brasileiro ainda se mantinha desfavorável, com perdas da capacidade de investimento, competitividade, liquidez, desemprego, queda de renda e aumento das importações. Contudo, a agricultura e a economia como um todo apresentavam índices elevados de aumento da produção e da produtividade.

O Brasil cresceu com taxas diferenciadas ao longo das décadas de 1980 e 1990. Nesse período, a economia passou por altas taxas de inflação

e por diferentes programas de estabilização. Teve-se, também, nesse período, inflação com recessão, alta dívida externa e dificuldades no balanço de pagamentos. Os altos e baixos do conjunto da economia acabaram se refletindo na agricultura e vice-versa; e isso ocorreu no Brasil a partir de 1980.

Diante desse quadro, a questão a investigar neste estudo é saber como a agricultura brasileira desempenhou as suas funções, nesse período, ou seja, como o setor agrícola nacional articulou-se com o resto da economia, tendo em vista a situação econômica e políticas econômicas muitas vezes adversas para o crescimento da agricultura e dos setores a ela vinculados.

O objetivo geral deste artigo, será, portanto, verificar como evoluiu o setor agrícola no desenvolvimento brasileiro, entre 1980 e 1998, tendo em vista a diversificação da estrutura produtiva do País e as mudanças que ocorreram nas políticas agrícolas.

Especificamente, pretende-se:

- a) estudar o papel da agricultura no desenvolvimento econômico brasileiro, através do desempenho das políticas agrícolas, entre 1980 e 1998;
- b) avaliar a participação dos produtos vinculados à agricultura nas modificações da estrutura produtiva da economia brasileira, no período referido.

Diante dos objetivos expostos, surge a pergunta: dada a limitação de recursos, qual a estratégia a ser adotada para conciliar critérios alternativos de política econômica, e como gerar simultaneamente maior nível de produto e de emprego? Neste artigo, desenvolve-se a hipótese de que as atividades econômicas vinculadas à agricultura são suscetíveis de atingir esse objetivo, por apresentarem elevados índices de encadeamento da produção e do emprego, tanto em relação à compra, com no que diz respeito à venda de insumos.

Portanto, o problema específico deste artigo é como conciliar o crescimento da produção com a geração de um volume de emprego. Essa preocupação justifica-se porque um ritmo maior de crescimento da produção não significa, necessariamente, maior crescimento do emprego (Souza, 1988, p. 48).

A metodologia de cálculo dos produtos-chave, segundo os diferentes objetivos de política econômica, será desenvolvido a partir do modelo de Leontief. De posse da matriz dos coeficientes diretos e indiretos de insumo-produto, serão aplicados os métodos de Rasmussen e Jones, para o cálculo dos índices de encadeamento vertical e horizontal da produção e do emprego da economia brasileira em 1980, 1990 e 1998.

Concluindo, o artigo mostrará o comportamento do setor agrícola nacional, entre 1980 e 1998, a fim de verificar o papel que a agricultura ainda continua desempenhando no processo brasileiro de industrialização. A idéia subjacente, neste trabalho, é a de que a agricultura já não exerce tantos efeitos de encadeamento sobre o resto da economia, em 1998, como

em 1980, sobretudo pelo racionamento do crédito, pela elevação da taxa de juro e pela própria diversificação da estrutura produtiva nacional, sobretudo a partir da introdução de novas indústrias mais modernas.

2 As políticas agrícolas no Brasil, nas décadas de 1980 e 1990

Em fins dos anos de 1980, a sociedade brasileira vinha percebendo que a política agrícola precisava sofrer uma modificação, no sentido de reduzir os subsídios. Isso se justificava pela necessidade de combater o déficit público. Desse modo, a política agrícola na década de 1990 foi substancialmente diferente daquela praticada na década de 1980. A mudança da política agrícola afetou a agricultura, situação que foi amenizada pelo aumento da produtividade agrícola.

2.1 A política agrícola na década de 1980

Desde o início da década de 1980, o processo de financiamento da agricultura brasileira passava por uma crescente instabilidade macroeconômica; isso era visível pelas elevadas taxas de inflação, pelo aumento do déficit público, fatos agravados pelo segundo choque do petróleo de 1979. Mesmo com um quadro macroeconômico desfavorável, a agricultura apresentava crescimento positivo, porque o Governo ainda priorizava o setor agrícola. Reconhecia-se a sua importância para o desenvolvimento econômico e, mais importante ainda, sua relevância para o ajustamento macroeconômico da economia brasileira, diante da crise do início dessa década.

Em função dessa crise, o crédito rural até então amplamente subsidiado, passou a ser considerado como uma fonte importante do déficit público federal. Como resultado, aumentaram-se as taxas de juro, que se tornaram superiores à taxa de inflação. Isso implicou a redução da demanda de crédito, principalmente por parte dos pequenos produtores rurais. O crédito passou a ter utilidade por produtores rurais, que tinham condições de arcar com os custos elevados. Os agricultores passaram a financiar com recursos próprios grande parte da produção agrícola.

Mesmo com o fim de uma assistência creditícia barata e abundante, a agricultura brasileira conseguiu manter e até aumentar a produção e a produtividade.

Melo (1990, p. 23) apresenta um resumo do comportamento agrícola durante o período de 1980 a 1989. Os resultados mostram que a produção agrícola expandiu-se 3,56% ao ano, o que corresponde a um crescimento anual per capita de 1,5%, relativo a 17 culturas: algodão, amendoim, arroz, batata, cacau, café, cana, cebola, feijão, laranja, mamona, mandioca, milho, soja, tomate e trigo. A produção dos produtos domésticos (arroz, batata, cebola, feijão, mandioca, milho e tomate) cresceu 2,05% ao ano, mantendo-se constante a produção per capita. A produção das lavouras de exportação

(algodão, amendoim, cacau, café, cana, fumo, laranja, mamona, soja e cana-de-açúcar) expandiu-se a uma taxa de 4,51% ao ano, ou 2,5% per capita ao ano. O rápido crescimento da produção canavieira deveu-se, certamente, à influência positiva do programa do álcool.

As estatísticas oficiais da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) assinalaram, para o período base de 1985/89, um acentuado crescimento da produtividade das principais culturas, como segue: arroz: 39%; milho, 38%; soja, 26%; trigo, 21%; algodão, 8% e feijão, 5%. Em média, o aumento da produtividade foi de 29% para esse grupo de produtos. Os fatores que explicam este crescimento da produtividade são os investimentos em tecnologia, em infra-estrutura e em pesquisa agrônômica.

Portanto, o objetivo do Governo foi combater a inflação, ao diminuir o déficit público, reduzindo seus gastos com o fornecimento de recursos para o financiamento rural.

Essa nova fase do padrão de financiamento agrícola surgiu no início dos anos 80, com a substituição do crédito subsidiado pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Essa nova política passou a constituir uma poderosa alavanca para agricultura, contribuindo para a sua expansão e desenvolvimento já nessa década.

Através da garantia de um preço mínimo para o produto na comercialização, pretende-se proteger o setor agrícola contra oscilações acentuadas de preços na época de comercialização da safra. Dessa forma, procura-se assegurar um nível mínimo de renda ao produtor rural, mantendo-o integrado ao sistema como um todo.

A PGPM foi responsável pela elevação da quantidade de grãos produzidos no País através dos instrumentos EGF (Empréstimos do Governo Federal) e AGF (Aquisição do Governo Federal).

Através do EGF, o Governo financia a estocagem e o transporte de produtos no curto prazo, permitindo ao agricultor maior poder de barganha no mercado. Através do AGF, o Governo forma estoques reguladores de preços, garantindo aos agricultores a venda dos produtos pelos preços mínimos.

Desde 1979, o Programa de Garantia de Preços Mínimos passou a exercer um papel importante. Entretanto, a inflação crescente, a partir de 1980, ameaçou solapar o programa, porque os preços mínimos eram fixados em termos nominais vários meses antes da colheita, embutindo uma componente de antecipação da inflação.

Em 1981, o Governo instituiu o "preço-base" sujeito a indexação até o início do seu período de operação como preço mínimo (fevereiro, para a maioria das culturas de verão). A partir do ano agrícola de 1984/85, a indexação do preço-base foi estendida por mais dois meses (março e abril), permitindo atualização dos preços aos agricultores.

Em 1984, preços de mercado mais altos do que os preços mínimos oficiais provocaram o desinteresse pela utilização dessa política. Entretanto,

em 1985, com os preços mínimos mais altos e com a melhoria do sistema de indexação, houve, novamente, maior atração e eficácia por parte do programa de preços mínimos.

Nos anos de 1986 e 1987, o PGPM foi prejudicado pelo Plano Cruzado e pelo Plano Bresser, que derrubaram os preços mínimos das safras de 1987/88.

Com o Plano Bresser, voltou a indexação plena e foram introduzidas novas regras de comercialização, que tiveram vigência com a colheita de 1988. Essas regras de comercialização tinham como meta disciplinar as vendas de estoques do Governo, com o objetivo de reduzir o risco de estocagem de produtos agrícolas, tais como arroz, feijão e milho.

Os preços mínimos foram vantajosos para os produtores localizados em áreas distantes do mercado, que enfrentavam altos custos de transporte. Desse modo, o Governo, nessa década, ampliou o uso do Programa de Garantia de Preços Mínimos para conceder mais incentivos às atividades agrícolas.

A crise macroeconômica dos anos 80 provocou redução do saldo da balança comercial agrícola, porque as importações de alimentos elevaram-se em 16%. Segundo Rezende (1988, p.111), este crescimento derivou do aumento do consumo de alimentos, ocasionado pelo Plano Cruzado e pelo baixo valor global das importações. Nessa década, o valor das importações agrícolas, em média, ficou em torno de US\$ 1,6 milhão, de acordo com o Boletim do Banco Central. As exportações agrícolas entre 1980 e 1985, por seu turno, tiveram um forte crescimento, passando de US\$ 4.342 milhões, em 1980, para US\$ 5.089 em 1985 (+17,2%). Na segunda metade da década de 1980, porém, as exportações de produtos agrícolas entraram em crise, reduzindo-se de US\$ 5.089 milhões em 1985, para US\$ 2.985 milhões, em 1990 (-41,3%). Essa redução deveu-se à queda do preço internacional do café e seus derivados, bem como à crise macroeconômica e aos sucessivos planos de estabilização, que penalizaram o setor agrícola (Lucena, 2000, p. 48).

Apesar do contexto macroeconômico desfavorável, e da queda das exportações agrícolas, a década de 1980 apresentou desempenho positivo para o setor agrícola. Percebe-se que a expressiva melhoria da produção e da produtividade da agricultura resultou de diferentes fatores, como da política cambial incentivadora das exportações, da formulação e implementação de políticas agrícolas mais adequadas (em especial a Política de Garantia de Preços Mínimos).

2.2 Política agrícola na década de 1990

Na década de 1990, houve uma reformulação da política de crédito e preços mínimos, devido à instabilidade macroeconômica enfrentada pelo País. O interesse do Governo em estimular a criação de novas fontes de financiamento em substituição às fontes tradicionais resultou da necessidade de continuidade do processo de estabilização da economia.

Em relação a essas novas fontes, destaca-se a introdução do Sistema de equivalência-produto no crédito rural. Este sistema beneficia os produtores rurais que necessitam de empréstimos. Ao tomar um financiamento, o produtor rural não tinha condições de saber o impacto que os encargos financeiros causariam no seu saldo devedor; com a equivalência-produto essa situação mudou; agora, o agricultor consegue acompanhar e prever a evolução de seu saldo devedor, em função do produto incluído no contrato.

Este sistema surgiu, portanto, para viabilizar o pagamento dos empréstimos concedidos. No ato da realização do empréstimo, deve-se calcular a quantidade de unidades equivalentes do produto financiado, dividindo-se o valor total do financiamento, acrescido das despesas (inclusive juros), pelo preço mínimo vigente. No vencimento do empréstimo, fica facultada ao tomador a liquidação de seu débito mediante entrega de documento representativo da estocagem do produto na quantidade devida. Para os mini e pequenos produtores era feita então uma AGF direta, para os demais, realizava-se um EGF-COV (com opção de venda ao Governo Federal). Este procedimento foi estabelecido pela equivalência produto, complementada pelo Decreto n. 235, de 23/10/1991.

O sistema restringiu-se ao custeio agrícola de poucos produtos: algodão, arroz, feijão, mandioca, milho e trigo. Limitou-se, também, aos investimentos destinados ao melhoramento integrado das mini e pequenas propriedades rurais.

Um sistema alternativo, que veio a complementar a equivalência-produto, foi a utilização dos mercados futuros. Trata-se de negociação de produtos agrícolas, em bolsa, onde o produtor tem condições de proteger-se de riscos de perdas financeiras causadas por variações de preços de seus produtos. As negociações a termo são feitas tanto nas bolsas de valores, como nas bolsas de mercadorias (ou *commodities*).

Este sistema proporcionou melhores condições de rentabilidade aos produtores rurais. Através dele, são veiculadas informações valiosas acerca do preço esperado no mercado físico (à vista), que influenciam as decisões de produzir, colher, estocar e processar determinada *commodity* agrícola. Em um mercado futuro, as posições de contrato são, normalmente, classificadas como sendo mantidas por hedgers, que são expedientes adotados por compradores e vendedores para se resguardarem de flutuações futuras de preços. Quem não conseguiu se resguardar dessas flutuações incorreu em grandes perdas após a implantação do Plano Real, que provocou queda de 40% na cotação de produtos, como algodão, milho, soja, leite e frango.

Na década de 1990, cresceram as importações agrícolas, como resultado da abertura comercial iniciada no Governo Collor, em decorrência de reduções tarifárias e desvalorizações reais da moeda. Com o Plano Real, ocorreu, ainda, drástica valorização cambial, que baratearam as importações e encareceram as exportações.

Essa política de maior liberdade comercial e valorização cambial causou grandes déficits na balança comercial. De acordo com dados da Secretaria do Comércio Exterior (Secex), em 1993 o Brasil exportou o equivalente a 9% do seu PIB, percentual que se reduziu para 6,4% em 1996. Enquanto isso, no mesmo período, as importações passaram de 6,3% para 7,6% do PIB.

Destaca-se também, nos dias atuais, uma agricultura voltada para segmentos mais competitivos, tornando-se mais eficiente pela adoção de inovações tecnológicas e emprego de mão-de-obra mais qualificada. Desse modo, ela poderá melhorar o seu desempenho no sentido de abastecer os mercados externos e suprir a demanda interna. Assim, ela contribuirá com o desenvolvimento econômico em um mercado cada vez mais globalizado.

As políticas tradicionais, como crédito rural e preços mínimos, adotadas no início dos anos 80, têm sua eficácia e seu papel tornados menos importantes com as mudanças econômicas; portanto, intervenções menos intempestivas do Governo nos mercados agrícolas podem estimular o desenvolvimento de novos instrumentos privados de financiamento à produção e à comercialização agrícola. O crédito rural continuará complementando as necessidades de determinados produtos agrícolas e regiões não adequadamente atendidos; porém, ele não terá mais o papel do passado, quando foi a coluna mestra de toda a política agrícola governamental. A idéia do passado era a de que todos os problemas da agricultura deveriam ser resolvidos pelas políticas de crédito e de preços mínimos. Atualmente, no novo contexto da economia mundial, toda reformulação da política agrícola necessita passar pelo exame dos acordos firmados no âmbito da OMC. Esse exame é extremamente útil pela diversidade de instrumentos arrolados, que, em seu conjunto, ou em parte, podem dar conta dos múltiplos e distintos problemas que se defronta a atividade agrícola brasileira, seja pela sua diversidade regional, seja pelos diferentes estágios de desenvolvimento dos produtores.

A viabilidade da agricultura brasileira passa a depender, crescentemente, da eficiência da economia como um todo, e esse é o caminho indicado pelas reformas institucionais levadas a cabo na Rodada Uruguai do GATT que se transformou na OMC. Nesse sentido, o Brasil tem feito inúmeras reclamações pelo protecionismo agrícola dos países desenvolvidos; esse contencioso, contudo, tem se mantido sem solução; o mesmo pode ser dito acerca dos subsídios agrícolas praticados pelos EUA e pelos países da União Européia.

A agricultura moderna está voltada para o mercado internacional. Isso implica a necessidade de melhoria da infra-estrutura (rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, energia, telecomunicações), novas pesquisas para o melhoramento da produção e da produtividade (novas variedades, novos métodos de cultivo, produtos mais resistentes às pragas) e estímulos à irrigação.

Em conclusão, para que segmentos da agricultura brasileira possam sobreviver aos desafios da competição internacional, há necessidade de

modernização crescente, adaptação da oferta aos gostos dos consumidores externos, sem agressão ao meio ambiente. Nesse sentido, continuará sendo muito importante a redução dos custos de produção e comercialização, a fim de compensar a retirada de subsídios. Para esse efeito, torna-se imperioso o uso do transporte hidroviário e ferroviário, em substituição ao transporte rodoviário, passando pela modernização portuária e a construção de novos portos e canais eficientes de escoamento das safras.

Para reforço dessa conclusão, será mostrada, a seguir, a importância dos produtos vinculados ao complexo agroindustrial no encadeamento da produção e do emprego da economia brasileira.

3 Efeitos de encadeamento da economia brasileira, 1980/1998

O objetivo desta seção é analisar o papel dos produtos vinculados ao complexo agrícola no encadeamento da produção e do emprego da economia brasileira em 1980, 1990, 1998.

Ao realizar a análise da economia brasileira nos anos mencionados, foram efetuados os cálculos com base no método de Rasmussen-Jones e de acordo com os dados de Lucena (2000) e de Souza (1996).

3.1 Encadeamentos da produção, 1980/1998

A Tabela 1 apresenta a participação dos produtos do complexo agrícola, no que tange aos produtos-chave, no encadeamento da produção e no encadeamento das compras e das vendas de insumos, nos três anos referidos.

Tabela 1 - Participação dos produtos-chave do complexo agrícola (CA) no conjunto dos produtos-chave da economia brasileira no encadeamento da produção, 1980, 1990 e 1998.

Produção	1980			1990			1998		
	Total	C.A.	%	Total	C.A.	%	Total	C.A.	%
Produtos-chave	17	05	29,4	14	02	14,3	14	02	14,3
Compras	15	06	40,0	22	13	59,1	23	14	60,9
Vendas	12	01	8,3	17	05	29,4	12	04	33,3

Fonte: Lucena (2000).

Como pode-se constatar pelo exame da Tabela 1, entre os 17 produtos mais importantes do ponto de vista da produção, em 1980, cinco eram vinculados à agricultura (29,4%); e entre os 15 produtos com fortes encadeamentos verticais, encontram-se seis produtos do complexo agroindustrial (40%); observando-se apenas um desses produtos no caso dos encadeamentos horizontais (8,3%).

Verifica-se que, em 1980, o setor agrícola já exercia impactos menos significativos no conjunto da economia, do ponto de vista das vendas. Isso se explica pelas dificuldades econômicas do País, que resultou na adoção de políticas macroeconômicas menos favoráveis para agricultura, com redução do crédito e elevação das taxas de juro (Lucena, 2000, p. 67).

Em relação a 1990, entre os 14 produtos-chave no encadeamento da produção, predominaram os produtos vinculados à indústria química (sendo produtos petroquímicos básicos, tintas e outros produtos químicos os produtos mais importantes), com apenas dois produtos-chave vinculados à agricultura (farinha de trigo e fios têxteis naturais). Em 1980, pelo contrário, a economia brasileira apresentava cinco produtos agrícolas-chave (farinha de trigo, fios têxteis naturais, leite beneficiado, produtos do café e bebidas). A exclusão de produtos agrícolas em 1990 pode ser explicada pela política discriminatória praticada contra a agricultura pelo governo Collor (Lucena, 2000, p. 69).

No que tange aos encadeamentos verticais da produção (compras), em 1980, tinha-se seis produtos agroindustriais, não-chave, contra 13, em 1990. Com relação às vendas de insumos, em 1990, havia cinco produtos agrícolas; em 1980, tinha-se apenas um produto. Percebe-se que a diversidade da economia brasileira, no período, efetuou-se com uma articulação intersetorial do complexo agropecuário, sobretudo alimentar (Lucena, 2000, p. 71).

Em 1998, a economia brasileira manteve o mesmo número de produtos-chave de 1990, com os mesmos produtos agroindustriais. Houve a troca de quatro produtos-chave, constituindo a única mudança.

Entre os 23 produtos não-chave no encadeamento vertical da produção (compras), encontram-se 14 em 1998. Percebe-se o aumento da importância dos produtos vinculados ao setor agrícola no encadeamento das compras e das vendas da economia nacional no período.

Portanto, pode-se concluir que está aumentando a integração interna da economia brasileira, do ponto de vista da produção, embora se tenha mantido políticas econômicas adversas para a agricultura. Resta saber se essa tendência também se manifesta do ponto de vista do emprego.

3.2 Encadeamento do emprego, 1980/1998

A Tabela 2 apresenta a participação dos produtos do complexo agrícola (CA), no encadeamento do emprego da economia brasileira, nos três anos referidos.

Tabela 2 - Participação dos produtos-chave do complexo agrícola (CA) no conjunto dos produtos-chave da economia brasileira no encadeamento do emprego, 1980, 1990 e 1998.

Emprego	1980			1990			1998		
	Total	CA	%	Total	CA	%	Total	CA	%
Produtos-chave	18	11	61,1	19	14	73,7	19	11	57,8
Compras	2	0	0	12	11	91,6	14	14	100,0
Vendas	1	0	0	20	1	5	03	0	0

Fonte: Lucena (2000).

Entre os 18 produtos-chave na geração de emprego, em 1980, 11 vinculam-se ao setor agrícola. Isso mostra que toda política de geração de emprego precisa relacionar-se fortemente com o desenvolvimento do complexo agroindustrial.

Em 1980, a economia brasileira apresentava poucos produtos não-chave no encadeamento do emprego. Em 1990, houve maior participação no que tange ao encadeamento pelas compras, sendo a quase totalidade pertencente ao complexo agroindustrial. Em 1998, essa tendência aumentou, com impactos muito pequenos no encadeamento pelas vendas.

Em 1990, a economia brasileira apresentou 19 produtos-chave na geração de emprego, contra 18 em 1980. Verifica-se que os produtos agrícolas chave, do ponto de vista do emprego, em 1980, eram produtos in natura (grãos, aves vivas, bovinos e suínos e café em coco); enquanto em 1990, os produtos agrícolas chave na geração de emprego são agroindustriais (carne, laticínios, derivados do café, óleos, bebidas, grãos beneficiados). Constatase, assim, que apesar da década de 1980 ser considerada perdida e das dificuldades da agricultura brasileira, houve uma mudança estrutural muito importante, constituindo o que se poderá chamar de agroindustrialização do complexo agrícola. Nesse ano, predomina os produtos ligados ao complexo alimentar (73,7%), enquanto o setor de serviços participa somente com 26,3%. No ano de 1980, os produtos do complexo agroindustrial predominavam com 61,1% e o setor de serviços com 38,9%. Portanto, estes percentuais confirmam a importância dos produtos vinculados à indústria alimentar na economia brasileira, em 1990, sobre o nível de emprego (Lucena, 2000, p. 81-82).

No que se refere aos encadeamentos pelas compras, em 1990, predominam 11 produtos vinculados ao complexo agrícola, enquanto em 1980, não havia nenhuma participação desses produtos, o que se pode observar também no encadeamento pelas vendas.

Continuando à análise da Tabela 2, verifica-se que em 1998 o número de produtos agrícolas chave são os mesmos de 1980. Em 1980 e 1998, os

produtos agropecuários eram predominantes na geração de emprego, enquanto em 1990 os produtos vinculados à indústria alimentar eram os que geravam mais emprego. Na geração da produção, como foi dito, os produtos alimentares não exerciam fortes impactos pelas compras e pelas vendas nos anos de 1980 e 1990. Em 1998, a agricultura continuava gerando maiores impactos sobre o emprego do que sobre a produção.

Em 1998, observa-se que os 14 produtos com fortes encadeamentos verticais são todos do complexo agroindustrial; sendo que nenhum deles exerce importantes impactos pelas vendas de insumos. Portanto, pode-se concluir que o setor agrícola exerce pouca importância no que tange ao encadeamento horizontal.

Constata-se, tanto em 1998 como em 1980 e em 1990, que os produtos vinculados ao complexo agroindustrial causaram maiores impactos na economia através das compras realizadas, do que pelas vendas de insumos. Essa observação é válida tanto no que se refere ao encadeamento da produção como do emprego.

O crescimento da produção e do emprego da agricultura brasileira deve-se aos seguintes fatores: melhoria da infra-estrutura, redução da carga tributária e avanços tecnológicos. Portanto, a agricultura ainda vem se mantendo como um setor de grande importância para a industrialização brasileira.

3.3 Evolução dos encadeamentos da produção e do emprego, 1980/1998

A Tabela 3 estabelece um resumo dos três produtos mais importantes no encadeamento da produção e do emprego nos três anos analisados. Produtos siderúrgicos básicos e laminados de aço aparecem nas três primeiras colocações em 1980, 1990 e 1998. Estas são indústrias chave para gerar produção, embora não apareçam nas primeiras colocações como produtos-chave na geração de emprego. Os produtos que mais geram emprego nem sempre são os que mais geram produção; aqueles que mais geram postos de trabalho são os vinculados à agricultura, em especial à produção de alimentos.

Como observa-se, políticas visando aumentar o emprego estariam, simultaneamente, aumentando a oferta de alimentos e contribuindo para combater a inflação.

A Tabela 3 mostra também que, do ponto de vista do emprego, são os produtos vinculados à agricultura que aparecem como sendo chave nos três anos do estudo. Em 1990, foram dois produtos alimentares, carnes de aves e carne bovina, enquanto em 1980 e 1998 o destaque a esse respeito foi para produtos agrícolas in natura. Os outros produtos-chave na geração de emprego foram serviços privados não-mercantis e Educação pública, o que não chega a surpreender.

Tabela 3 - Principais produtos-chave da economia brasileira segundo diferentes objetivos de política econômica – 1980, 1990 e 1998.

OBJETIVOS DE POLÍTICA	PRINCIPAIS PRODUTOS-CHAVE	MÉDIA DOS ÍNDICES ($U_i + U^*_i$)/2
- Gerar produção - 1980	17 - Produtos siderúrgicos básicos	2,105
	18 - Laminados de aço	1,614
	19 - Produtos metalúrgicos não-ferrosos	1,471
- Gerar emprego - 1980	79 - Educação pública	5,781
	07 - Milho em grão	4,401
	02 - Cana-de-açúcar	3,916
- Gerar produção - 1990	17 - Produtos siderúrgicos básicos	1,386
	35 - Produtos petroquímicos básicos	1,316
	18 - Laminados de aço	1,278
- Gerar emprego - 1990	80 - Serviços privados não-mercantis	7,912
	55 - Carne de aves abatidas	2,391
	57 - Carne bovina	2,312
- Gerar produção - 1998	19 - Produtos metalúrgicos não-ferrosos	2,006
	18 - Laminados de aço	1,875
	17 - Produtos siderúrgicos básicos	1,865
- Gerar emprego - 1998	80 - Serviços privados não-mercantis	6,623
	04 - Trigo em grão	5,866
	06 - Algodão em caroço	3,892

Fonte: Lucena (2000).

A Tabela 4 relaciona os três produtos nos três anos que, embora não sendo chave, apresentam importantes impactos verticais na economia, segundo os objetivos de política econômica apresentados. Novamente, os produtos do complexo agroindustrial aparecem com destaque, exercendo fortes impactos na geração de emprego.

Em 1980 e em 1990, automóveis, caminhões e ônibus exerciam os mais importantes impactos pelas compras na economia; em 1998, provavelmente pela maior abertura às importações, essa indústria não aparece nas primeiras colocações, mas como produto exercendo baixos encadeamentos na economia, a mesma coisa ocorreu com tratores e máquinas de terraplanagem. São as indústrias mais tradicionais e os serviços que se posicionam nas primeiras colocações (em 1990, ainda se tinha óleos vegetais em bruto, do ponto de vista da produção).

Na geração de emprego, ainda se apresentam os produtos vinculados à agricultura, com destaque para a produção de alimentos, em 1998.

Tabela 4 - Produtos não-chave com os mais elevados índices de encadeamento vertical segundo diferentes objetivos de política econômica – 1980, 1990 e 1998.

OBJETIVOS DE POLÍTICA	PRINCIPAIS PRODUTOS-CHAVE	ÍNDICE U _j
- Gerar produção - 1980	25 - Automóveis, caminhões e ônibus	1,492
	22 - Tratores e máquinas de terraplanagem	1,465
	48 - Artigos do vestuário	1,358
- Gerar emprego - 1980	27 - Madeira e mobiliário	1,331
	31 - Alcool de cana e de cereais	1,282
- Gerar produção - 1990	80 - Serviços privados não-mercantis	6,845
	25 - Automóveis, caminhões e ônibus	1,199
	59 - Óleos vegetais brutos	1,178
- Gerar emprego - 1990	06 - Algodão em caroço	2,146
	07 - Milho em grão	2,146
	08 - Bovinos e suínos	2,146
- Gerar produção - 1998	80 - Serviços privados não-mercantis	3,172
	29 - Produtos derivados da borracha	1,573
	27 - Madeira e mobiliário	1,327
- Gerar emprego - 1998	55 - Carne de aves abatidas	1,602
	50 - Produtos do café	1,570
	54 - Carne bovina	1,533

Fonte: Lucena (2000).

Na Tabela 5, observa-se uma menor participação do complexo agroindustrial. A exceção foi trigo em grão, produto importante no encadeamento da produção pelas vendas, em 1990 e em 1998. Os produtos deste complexo exercem impactos mais importantes na economia através das compras de insumos, do que pelas vendas, como já foi referido. Produtos vinculados à indústria extrativa encontram-se nas primeiras posições nos três anos examinados.

4 Conclusão

O objetivo deste artigo foi destacar o papel da agricultura no desenvolvimento econômico brasileiro, medido pelo encadeamento da produção e do emprego. Procurou-se saber, ainda, como evoluiu o setor agrícola nas décadas de 80 e 90, baseando-se nas políticas agrícolas adotadas.

O estudo mostrou que a década de 1980 trouxe para a economia brasileira a necessidade de uma mudança na política de financiamento, pois a política de crédito rural já não exercia forte dinamismo no desenvolvimento do setor agrícola. Devido a essa crise, o Governo implantou um sistema mais eficaz de incentivo agrícola, que foi a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

Tabela 5 - Produtos não-chave com os maiores índices de encadeamento horizontal segundo diferentes objetivos de política econômica, 1980, 1990 e 1998.

OBJETIVOS DE POLÍTICA	PRINCIPAIS PRODUTOS-CHAVE	ÍNDICE U*
- Gerar produção - 1980	15 - Carvão e outros produtos do carvão	2,166
	14 - Petróleo e gás	1,560
	13 - Outros produtos minerais	1,454
- Gerar emprego - 1980	13 - Outros minerais	1,060
- Gerar produção - 1990	15 - Carvão e outros produtos do carvão	9,045
	14 - Petróleo e gás	2,597
	04 - Trigo em grão	1,964
- Gerar emprego - 1990	79 - Educação pública	1,739
	74 - Serviços prestados às empresas	1,722
	78 - Saúde pública	1,717
- Gerar produção - 1998	15 - Carvão e outros produtos do carvão	11,128
	04 - Trigo em grão	2,686
	13 - Outros minerais	2,147
- Gerar emprego - 1998	13 - Outros minerais	1,656
	48 - Artigos do vestuário	1,551
	15 - Carvão e outros produtos do carvão	1,302

Fonte: Lucena (2000).

Essa Política teve um caráter mais ativo no processo de financiamento do setor agrícola, cujo objetivo era garantir a comercialização das safras e, assim, propiciar aos produtores rurais um nível de renda mínima.

Porém, mesmo com a instabilidade macroeconômica enfrentada pelo País, na década de 1980, a agricultura brasileira conseguiu manter e até aumentar a produção e a produtividade de seus produtos, tanto para o mercado interno, como para exportação. Isso só foi possível devido à política cambial favorável e à adoção da política de garantia de preços mínimos. Desse modo, a agricultura contribuiu com o desenvolvimento econômico dessa década.

A crise financeira vivida pelo País na década de 1980, repercutiu na década de 1990. O Governo já não tinha condições de manter as políticas de crédito rural e de preços mínimos. Porém, mesmo com as dificuldades enfrentadas, a agricultura brasileira continuou apresentando taxas de crescimento positivas, devido às formas alternativas de financiamento, como a equivalência-produto e as operações de mercado futuro. Essas formas alternativas contribuíram para o desenvolvimento da agricultura nacional.

Como pode-se observar pelo exame dos produtos-chave do complexo agrícola, as atividades vinculadas à agricultura exercem importantes efeitos de encadeamento sobre a produção e, principalmente, sobre o emprego. Percebe-se que os produtos vinculados ao complexo agroindustrial exercem maiores impactos pelas compras do que pelas vendas, tanto no encadea-

mento da produção como na geração de emprego. Isso vem ocorrendo pela modernização crescente da agropecuária nacional em todas as regiões do País, que levam os agricultores a adotarem tecnologias consumidoras de produtos industriais.

Em conclusão, os produtos vinculados à agricultura, entre eles a produção de alimentos manufaturados, exercem importantes impactos no conjunto da economia, tanto na geração de produção, como no encadeamento do emprego. Sua importância na geração de emprego ainda é maior sobretudo pelo fato da indústria estar se mecanizando cada vez mais e em função da abertura da economia. Os impactos desses produtos vinculados à agricultura ainda se fazem predominantemente pelas compras, comprovando a tese de que eles constituem os melhores clientes do conjunto da economia.

5 Referências Bibliográficas

CARDOSO, João L. *Política de crédito rural: retrospectiva tendências de um novo padrão de financiamento*. Anais do Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 1997.

CASTRO, Ana C. et al. *Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira. Síntese das transformações*. Brasília: Binagri, 1979.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Matrizes Intersectoriais do Brasil, 1980, 1990 e 1998*.

_____. *Matriz de Insumo-produto - 1980 - Texto para Discussão*, Rio de Janeiro, 1989.

_____. *Anuário Estatístico do Brasil, 1981, 1986 e 1991*.

GASQUES, José G. e VERDE, Carlos M. Villa. *Crescimento da agricultura brasileira e política agrícola nos anos 80*. Brasília: IPEA (Texto para Discussão n. 204), nov. 1990.

GASQUES, José G. e CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P. R. *Crescimento e produtividade da agricultura brasileira*. Brasília: IPEA (Texto para Discussão), julho 1997.

HENZ, Renato Antônio. *Condicionantes externos à política agrícola*. Ensaios FEE, Porto Alegre, RS, v. 16, n. 1, p. 52-65, 1995.

LUCENA, Romina Batista de (2000). *O Papel da agricultura no desenvolvimento econômico brasileiro, 1980/1998*. Porto Alegre: CPGE / UFRGS, 2000. Dissert. (Mest.Econ.) UFRGS.

MELO, Fernando B. H. "O Plano real e a agricultura brasileira: perspectivas" -*Revista de Economia Política*, vol. 19, n. 4 (76), out./dez., 1999.

MELO, Fernando B. H. "Agricultura nos anos 80: perspectiva e conflitos entre objetivos de política". *Estudos Econômicos*, v. 10, n. 2, p. 57-101, maio/ago. 1980.

_____. "Agricultura brasileira nos anos 90: o real e o futuro". *Economia Aplicada*, v. 2, n.1, p.63-181 São Paulo, 1998.

_____. "O crescimento agrícola brasileiro dos anos 80 e as perspectivas para os anos 90". *Revista de Economia Política*, v. 10, n. 3 (39), set. 1990.

_____. "Agricultura - poucas mudanças no pacote agrícola da próxima safra". *FIPE* - n. 227, São Paulo, ago. 1999.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. *Plano Agrícola 1999/2000*. Secretaria de Política Agrícola, Ministério da Agricultura, 1999.

MESQUITA, Teobaldo C. *Modelos de desenvolvimento tecnológico da agricultura*. *Estudos de Economia Agrícola*. Sobral: Edições UVA, 1998.

MORAN, Carlos A. A. *A importância da agricultura na determinação dos setores-chave da economia*. Porto Alegre: CPGE/UFRGS, 1993. Dissert. (mestr. econ.) UFRGS.

NETO, Arlindo Porto. "A política agrícola e a globalização". *Revista de Política Agrícola*. Ano V, n. 4, out./dez.1996.

NOGUEIRA, Jorge M.; OLIVEIRA, Dyogo H. *As Origens do endividamento da agricultura brasileira. Considerações sobre os impactos das políticas macroeconômicas nas políticas setoriais*. Anais do Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural,1997.

PEREIRA, Joseph C. *Crédito rural e o desenvolvimento da agricultura brasileira*. Porto Alegre: FCE/UFRGS, 1996. Monogr. (grad. econ.) UFRGS.

REZENDE, Gervásio de C. et al. *Abertura comercial, financiamento das importações e o impacto sobre o setor agrícola*. Anais do Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 1997.

REZENDE, Gervásio de C. *Do Cruzado ao Collor: os planos de estabilização e a agricultura*. Encontro Nacional de Economia, 17, Brasília, 1990. Rio de Janeiro, ANPEC, 1990, p. 499-519.

_____. "Conjuntura macroeconômica e política agrícola no período 1992/97: dos velhos aos novos instrumentos". *Revista de Política Agrícola*. Ano VIII, n. 3, set. 1999.

_____. "Agricultura e ajuste externo no Brasil: novas considerações". *Pesquisa e Planejamento Econômico*. v. 19, n. 3, p. 553-78, dez. 1989.

_____. *Agricultura brasileira na década de 80: crescimento numa economia em crise*. Rio de Janeiro: IPEA, 1993.

SANTIAGO, Maria D. M. SILVA, Valquíria da. "A política de crédito rural brasileira e o endividamento do setor agrícola antecedentes e desdobramentos recentes". *Agricultura em São Paulo - Revista Científica do Instituto de Economia Agrícola - IEA*, v. 46, São Paulo, 1999.

SOUZA, Nali de J. *Desenvolvimento Econômico*. 4 ed. São Paulo, Altas, 1999.

_____. *O papel da agricultura na integração intersetorial brasileira*. São Paulo: IPE/USP, 1988. Tese (dout. econ.). Univ. de São Paulo.

_____. *Estrutura produtiva, mudança tecnológica e desenvolvimento econômico: dimensionamento do complexo agroindustrial do Brasil e do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CPGE/UFRGS, 1996.

_____. *Agricultura alimentar no Mercosul*. Anais do I Seminário internacional de Economia regional do Mercosul. Passo Fundo - RS, 1994.

_____. *Efeitos de encadeamento da agroindústria alimentar brasileira*. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre - RS, 1994.

_____. *Agricultura e integração industrial no Brasil*. Ensaios da FEE. Porto Alegre - RS, v. 9, n. 2, p. 46-63, 1988.

_____. *Curso de Economia*. São Paulo: Altas, 2000.

TEIXEIRA, Erly C. e ROCHA, Luiz Eduardo V. *Taxa de câmbio real, política macroeconômica e comportamento dos preços agrícolas - 1961 a 1987 - Anais do Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 1997.

ZANDONADI, Renato. *Fundamentos técnicos para o diagnóstico da agricultura brasileira. Período Analisado: 1980 a 1995* - Brasília, CNA, 1996.

_____. "Comportamento das exportações agrícolas brasileiras - 1980/1993". *Revista de Política Agrícola*. Ano III, n. 3, p.5-10, jul./ago./set. 1994.